

PREÂMBULO

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/RR, entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, com sede na Av. Major Williams, 1018 – São Francisco, na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.411.806/0001-23, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações designada pela Portaria n.º 004/2021, de 18 de fevereiro de 2021, torna público que, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do **SENAR** (Resolução, N.º. 001/CD, de 22 de fevereiro de 2006, alterada nos termos da Resolução n.º 033/CD, de 28/06/2011, DOU 29/06/2011) e legislação correlata, fará Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL sob SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, tipo “MENOR PREÇO”**, em sessão pública, cuja abertura e julgamento das propostas ocorrerão na seguinte data, hora e localidade:

Dia 05 de maio de 2021, às **09h00min** (horário local), sede do **SENAR** em Boa Vista/RR, situado na Av. Major Williams, 1018 – São Francisco.

O edital deve ser retirado gratuitamente no seguinte endereço eletrônico <https://faerrsenar.org.br/>.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em auditoria externa para o SENAR-AR/RR. Serviços estes a serem executados na administração regional de Roraima.

1.2. A descrição detalhada do objeto encontra-se no **ANEXO I**.

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. As despesas referentes ao objeto deste termo correrão à conta dos recursos consignados ao **CONTRATANTE** do **PROJETO: PROJETOS DIVERSOS e AÇÃO: AÇÕES DIVERSAS**.

2.2. O valor estimado para as despesas do objeto desta licitação é de até **R\$ 44.372,50 (Quarenta e quatro mil trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Und.	(A) Quant. Trim.	(B) V. Por Trim.	V. TOTAL (AxB)
01	Auditoria independente para análise das demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais do SENAR-AR/RR, referente ao 2º Trimestre de 2021 .	Serv	01	R\$ 10.811,88	R\$ 10.811,88
02	Auditoria independente para análise das demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais do SENAR-AR/RR, referente ao 3º Trimestre de 2021 .	Serv	01	R\$ 10.811,88	R\$ 10.811,88
03	Auditoria independente para análise das demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais do SENAR-AR/RR, referente ao 4º Trimestre e exercício de 2021 .	Serv	01	R\$ 11.936,88	R\$ 11.936,88

04	Auditoria independente para análise das demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais do SENAR-AR/RR, referente ao 1º Trimestre de 2022.	Serv	01	R\$ 10.811,88	R\$ 10.811,88
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 44.372,50 (Quarenta e quatro mil trezentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos)					

Parágrafo único: Por se tratar de mera estimativa de custos, o valor acima não se constitui, em hipótese alguma, compromisso futuro para o CONTRATANTE, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, sem que isso justifique qualquer indenização a CONTRATADA.

3. DOS QUESTIONAMENTOS E IMPUGNAÇÃO

3.1 Qualquer pedido de esclarecimento sobre o presente Pregão deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Permanente de Licitações do SENAR-AR/RR, por intermédio do endereço eletrônico compras@faerrsenar.org.br **acesso identificado, enviar questionamento, até 3 (três) dias úteis** antes da data marcada para recebimento dos envelopes.

3.1.1. Somente serão recebidos pedidos de esclarecimentos pelo endereço eletrônico compras@faerrsenar.org.br. Esclarecimentos solicitados por qualquer outro meio (e-mail; telefone; etc) serão tratados como mera informação.

3.2 Qualquer manifestação em impugnar os termos deste edital deverá ser encaminhada por escrito e contra recibo à Comissão Permanente de Licitações do SENAR-AR/RR, situada na Av. Major Williams, 1018 – São Francisco, Boa Vista/Roraima. Decairá desse direito perante o SENAR-AR/RR, o interessado que não o fizer até **dois dias úteis** antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, dentro do horário de funcionamento do SENAR-AR/RR. Não impugnado o ato convocatório, reclusa toda a matéria nele constante. As respostas às Impugnações serão divulgadas na Internet, no site do SENAR-AR/RR, no endereço www.faerrsenar.org.br.

3.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos, bem como quaisquer alterações ao edital, incluindo adiamento da data do recebimento dos envelopes, serão divulgadas por notas informativas e/ou avisos divulgados na Internet pelo site www.faerrsenar.org.br.

3.4. O horário de funcionamento do SENAR-AR/RR é de segunda a sexta feira das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação empresas legalmente constituída no país, **cujo ramo de atividade seja pertinente ao objeto da licitação**, observada as condições exigidas neste edital e seus anexos.

4.2. A participação neste Pregão implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e dos seus Anexos.

4.3. É vedada a participação na licitação de empresas que:

4.3.1. Tenham em seu quadro ex-dirigente ou ex-empregado do SENAR, até 180 (cento e oitenta) dias após a sua demissão;

- 4.3.2. Estejam em processo de falência ou recuperação;
- 4.3.3. Declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública ou estejam cumprindo suspensão por qualquer uma das entidades do SENAR.
- 4.3.4. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 4.3.5. Empresa ou sociedade estrangeira.
- 4.4. É facultada à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a completar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior, pelos licitantes, de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

5. DOS ENVELOPES

5.1. Os documentos constantes em cada um dos envelopes deverão ser entregues obrigatoriamente em envelopes distintos e lacrados, trazendo na sua parte frontal externa as seguintes informações:

Envelope n.º 1 - PREGÃO SENAR-AR/RR n.º 004/2021
Conteúdo: DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO
Dia e horário de abertura do envelope
Empresa: (citar, por extenso, nome e endereço da empresa LICITANTE).

Envelope n.º 2 - PREGÃO SENAR-AR/RR n.º 004/2021
Conteúdo: PROPOSTA
Dia e horário de abertura do envelope
Empresa: (citar, por extenso, nome e endereço da empresa LICITANTE).

Envelope n.º 3 - PREGÃO SENAR-AR/RR n.º 004/2021
Conteúdo: DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO
Dia e horário de abertura do envelope
Empresa: (citar, por extenso, nome e endereço da empresa LICITANTE).

6. DA DOCUMENTAÇÃO DO ENVELOPE N.º 1 – DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

6.1 Para manifestar-se em seu nome durante as fases do procedimento licitatório, as licitantes poderão credenciar um representante, obedecendo aos seguintes critérios:

6.1.1 Sendo o representante legal:

- a) Apresentar **cópia autenticada** do contrato social ou estatuto, última alteração contratual e/ou outra que expresse claramente os poderes de representar a licitante, caso não conste em nenhum dos documentos anteriores;
- b) Quando a representação não for individual, os representantes deverão indicar aquele que representará a empresa no certame;
- c) **Apresentar cópia autenticada do documento com foto que comprove a identidade do representante.**

6.1.2 Sendo procurador da licitante:

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Roraima

www.faerrsenar.org.br
senar@faerrsenar.org.br

Avenida Major Willians, 1018
São Francisco, Boa Vista - RR
CEP 69301-110
Telefone: (95) 3224-7024

- a) Apresentar **cópia autenticada** do contrato social ou estatuto, última alteração contratual e/ou outra que expresse claramente os poderes de representar a licitante, caso não conste em nenhum dos documentos anteriores;
- b) Apresentar **original** ou **cópia autenticada** de instrumento público ou particular de procuração, está com firma reconhecida em cartório, **com poderes especiais para formulação de ofertas e lances verbais em processos de licitação.**
- c) **Apresentar cópia autenticada do documento com foto que comprove a identidade do representante.**

6.2 Os documentos de credenciamento deverão ser entregues à Comissão de Licitação, dentro do envelope n.º 1, os quais, não serão devolvidos, ficando retidos como parte integrante do processo.

6.2.1. Na ocorrência dos documentos relativos ao credenciamento constarem no Envelope “2” ou “3” o Pregoeiro devolverá o respectivo envelope lacrado ao licitante para que ele retire de dentro os respectivos documentos, procedendo a novo lacramento.

6.3 Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder em nome da representada por todos os atos e efeitos previstos neste edital.

6.4 É vedada a representação de mais de uma empresa por uma mesma pessoa, salvo se forem itens ou lotes diferentes.

6.5 O não credenciamento de representante impedirá qualquer pessoa presente de se manifestar e responder pela licitante, sem prejuízo do direito de oferecimento dos envelopes de habilitação e proposta.

6.6 Fica assegurada às licitantes, a qualquer tempo, mediante juntada dos documentos previstos neste item, a indicação ou substituição do seu representante junto ao processo.

7. DA DOCUMENTAÇÃO DO ENVELOPE N° 2 – PROPOSTA

7.1 As “PROPOSTAS” deverão atender aos requisitos abaixo:

- a) Ser redigida em língua portuguesa (salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente), com clareza, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas;
- b) Apresentar preço total, fixo e irrevogável, em moeda nacional, constando apenas duas casas decimais após a vírgula;
- c) Ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros;
- d) Os preços deverão conter todas as despesas, tributos em geral, frete, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, salários e quaisquer outros encargos necessários que venham a incidir direta ou indiretamente sobre a execução do objeto, não cabendo a proponente qualquer reclamação posterior;
- e) Ser entregue no dia e hora estabelecidos neste edital;
- f) Ter indicação de que o prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data marcada para o seu recebimento, ficando estabelecido que na omissão será considerado esse prazo;

- g) Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas;
- h) O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio da proposta e/ou do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo SENAR-AR/RR.

7.2 Serão desclassificadas as propostas que não forem ajustadas nos termos do item ou ainda que desobedecerem às condições do presente edital e que apresentem falhas que impossibilitem a sua compreensão.

7.3 Somente serão classificadas para a fase de lances a proposta de menor preço e aquelas que não excedam a 15% (quinze por cento) de seu valor.

7.4 Quando não forem classificadas, no mínimo, três propostas na forma definida no item anterior, serão classificadas as duas melhores propostas de preço subsequentes, sempre que atendam as demais condições definidas no instrumento convocatório.

7.5 A classificação de apenas duas propostas escritas de preço não inviabilizará a realização da fase de lances.

7.6 As propostas que, em razão dos critérios definidos nos itens 7.3 e 7.4, não integrarem a lista de classificadas para a fase de lances, serão consideradas **DESCLASSIFICADAS** do certame.

7.7 Termo de Declaração, apresentado conforme modelo constante do ANEXO III.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei Complementar n.º 123 / 2006 e fizerem jus aos benefícios, deverão apresentar a declaração constante do ANEXO IV deste edital.

7.7.1. A falsidade de Declaração **prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal da falsidade ideológica, conforme transcrição abaixo:**

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

7.7.2. A qualquer momento a Comissão poderá realizar diligência para solicitar documentos que comprovem a situação de microempresa e empresa de pequeno porte.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DO ENVELOPE N° 3 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1. Para a habilitação nesta licitação, as empresas interessadas deverão apresentar à Comissão Permanente de Licitação, os documentos abaixo listados, **em original ou em cópias autenticadas por Tabelião (com exceção dos documentos emitidos pela internet desde que neles haja a possibilidade verificação de autenticidade online ex: CNDS)**. Estes documentos ficarão anexados ao processo, sendo vedada a sua retirada ou substituição. Os documentos de habilitação deverão ser entregues, conforme o subitem **8.7.**

8.1.1. Os documentos em que o prazo de validade não se encontrar nele expresso, deverão ser datados de, no máximo, 90 (noventa) dias de antecedência da data de realização da licitação.

Observação: Os documentos referentes aos itens 8.2.1. à 8.2.3. apresentados, no credenciamento, ficam dispensados de reapresentação na Habilitação.

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1 Cópia do documento de identidade;

8.2.2 Registro Comercial, Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto, em vigor, devidamente registrados. Em se tratando de sociedades empresariais, e no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Deverão ser anexadas todas as alterações Registradas **ou** a última **alteração consolidada**.

8.2.3 Inscrição no órgão competente, do **ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

8.2.4 Declaração que à empresa licitante não consta do, CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – (CEIS), CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP), LISTA DE LICITANTES INIDÔNEOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - (TCU), CADASTRO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS IMPEDIDAS (CEPIM), e no CADASTRO DE EMPREGADORES QUE TENHAM SUBMETIDO TRABALHADORES A CONDIÇÕES ANÁLOGAS AS DE ESCRAVO (Secretaria de Trabalho - Ministério da Economia), inclusive, de não estar suspensa de participar de licitação com o SENAR, com a Administração Pública e com a União, cuja penalidade estiver em vigor **(anexo IV)**.

8.2.5 Declaração de Relação de Parentesco de inexistência de vínculo do licitante com dirigentes, gerentes, assessores, chefes de gabinete e conselheiros do SENAR-AR/RR **(anexo V)**.

8.2.6 Declaração de cumprimento dos requisitos do edital **(anexo III)**.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira:

8.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, para comprovar boa situação financeira da empresa.

8.3.2.1. O balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício deverão estar assinados pelo responsável legal da empresa e pelo responsável por sua elaboração, contador ou outro profissional equivalente, registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) ou equivalente;

8.3.2.2. O balanço patrimonial deverá estar registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o tipo de empresa licitante ou no Sistema de Escrituração Digital – SPED, para as empresas que utilizem o sistema eletrônico de escrituração e que tenham seus documentos registrados na Junta Comercial, apresentados conforme incisos abaixo:

- I. Sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou do domicílio da licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969 e Decreto-Lei 64.567);
- II. Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº 6.404/1976 e nº. 11.638/07: registrado ou autenticado no órgão de Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em Jornal de grande circulação (art. 289, caput e § 5º, da Lei nº 6.404/1976);
- III. Sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro no Registro do Comércio da sede ou domicílio da licitante;
- IV. Para as empresas que escrituram por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, impressão dos seguintes arquivos gerados pelo referido sistema:
 - a) termo de autenticação com a identificação do autenticador;
 - b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis;
 - c) termo de abertura e encerramento;
 - d) requerimento de autenticação do Livro Digital;
 - e) recibo de entrega do Livro Digital.

8.3.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura;

8.3.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a. registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do LICITANTE e;
- b. por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º,

ou outro órgão competente, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.”

8.3.5. A não apresentação de qualquer documento ou sua apresentação em desacordo com a forma e prazo de validade, implicará na automática inabilitação da licitante.

8.4. REGULARIDADE FISCAL:

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ**;

- a) Prova de regularidade para com a **Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional** ou (Certidão Conjunta);
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede do licitante;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do licitante.
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(CRF/FGTS)**
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas – **CNDT**.

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (da Licitante):

8.5.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. Atestado, certidão ou declaração expedida por pessoa Jurídica de direito Público ou Privado, qualificando e comprovando a prestação dos serviços em características com o objeto da presente licitação.

8.5.2. O atestado, certidão ou declaração, de que trata o **item 8.5.1**, deverá ser apresentado em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ da pessoa jurídica, contendo a identificação do signatário, cargo, nome e telefones para contato, tipo de serviço prestado, local da prestação dos serviços, características e caracterização do bom desempenho da LICITANTE.

8.5.3. Comprovação de registro em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com jurisdição sobre o Estado em que for sediada;

8.5.4. Comprovação de Cadastro Nacional de Auditores Independentes - Pessoa Jurídica (CNAI-PJ), conforme a Resolução CFC n.º 1.575/2019 do Conselho Federal de Contabilidade.

8.6. CAPACIDADE TÉCNICA (DOS PROFISSIONAIS)

8.6.1. Apresentar currículo do(s) profissional(is) que executará(ão) o objeto da licitação, bem como o comprovante de registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Regulamentado pela Resolução CFC n.º 1.495/2015;

8.6.2. Deverá ser comprovado o vínculo do profissional apresentado mediante apresentação a cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio.

8.7. Condições de participação da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

8.7.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que desejarem obter benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006 e fizerem jus aos benefícios, deverão apresentar a declaração constante do ANEXO III deste edital.

8.7.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida nos subitens **8.2, 8.3, 8.4 e 8.5** acima, para efeito habilitação. Os documentos listados no subitem **8.4** (Regularidade Fiscal) **deverão** ser apresentados para comprovação de regularidade fiscal, **mesmo que apresentem alguma restrição;**

8.7.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa ou à empresa de pequeno porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização. O termo inicial corresponderá ao momento em que a empresa licitante for declarada vencedora do certame, podendo ser prorrogado por igual período a critério do SENAR-AR/RR;

8.7.4. A não apresentação da documentação, no prazo mencionado no subitem 8.7.3, implicará na decadência do direito de ter seus preços registrados, sendo facultado ao SENAR-AR/RR convocar as empresas licitantes remanescentes, na sua ordem de classificação para registrar os seus preços, assinando a Ata.

8.7.5. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada a sua retirada ou substituição.

8.7.6. Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos em substituição aos documentos exigidos.

8.7.7. Em caso de dúvida quanto às informações contidas nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, o Pregoeiro, durante a sessão pública, poderá realizar consulta on-line aos sites dos órgãos responsáveis pela emissão deles.

8.7.8. Todos os documentos deverão ser emitidos em favor do domicílio ou sede da licitante.

8.7.9. A não apresentação de qualquer documento relacionado nos itens anteriores ou a sua apresentação em desacordo com a forma, prazo de validade e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da licitante.

8.7.10. O SENAR-AR/RR não utiliza o SICAF em substituição à apresentação de documentos de habilitação, bem como, a Comissão de Licitação não autêntica documentos.

9. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

9.1 No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste edital, o pregoeiro dará início à reunião desta licitação com o credenciamento dos representantes legais (envelope n.º 1) e em seguida o recebimento dos envelopes n.º 2 (proposta) e n.º 3 (documentação para habilitação).

9.2 O pregoeiro chamará à mesa os representantes legais das licitantes, para rubricarem os envelopes, que ficarão retidos até sua abertura ou devolução, após encerramento completo do processo.

10. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

10.1 A habilitação das licitantes será verificada por meio dos documentos abrangidos pelo Item 8 – DA HABILITAÇÃO, para comprovar a regularidade de situação do autor da proposta.

10.2 No caso de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, constituída na forma da Lei Complementar nº 123, havendo restrição na regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período.

10.3 A não apresentação da documentação devidamente regularizada, no prazo definido no subitem anterior, acarretará a inabilitação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

10.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a PROPONENTE desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

10.5 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.6 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o Pregoeiro declarará a licitante como vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do referido Pregão, caso não haja recurso.

11. DO RECURSO

11.1. Da decisão que declarar a licitante vencedora caberá recurso fundamentado, dirigido à Assessoria Jurídica do SENAR-AR/RR, por intermédio da Comissão de Licitação, por escrito e protocolado no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da decisão.

11.2. A licitante que puder vir a ter sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da comunicação da interposição do recurso.

11.3. O recurso terá efeito suspensivo.

11.4. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo estabelecido.

11.5. Os recursos serão julgados no prazo de dez dias úteis, contados da data final para sua interposição, pela Assessoria Jurídica do SENAR-AR/RR ou por quem este delegar competência e a divulgação do julgamento se dará por intermédio da Internet no site do SENAR-AR/RR www.faerrsenar.org.br.

11.6. O provimento de recursos pela autoridade competente somente invalidará os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

12.1. A Comissão de Licitação, após o encerramento da sessão, se houver renúncia ao direito de recurso, ou após o julgamento do(s) mesmo(s), caso sejam interpostos, ou após o decurso do prazo para interposição de recurso, encaminhará os autos à Assessoria Jurídica do SENAR-AR/RR, para que concordando com o pleito, encaminhará para homologação e adjudicação o objeto à licitante vencedora.

13. DA ASSINATURA DA MINUTA DO CONTRATO

- 13.1.** As obrigações desta licitação serão formalizadas através da minuta do contrato, conforme **ANEXO VII**.
- 13.2.** Para a assinatura da minuta do contrato, a licitante vencedora deverá comparecer a sede do SENAR-AR/RR em até 5 (cinco) dias, contados da convocação.
- 13.3.** Será facultado à licitante vencedora, mediante solicitação e protocolo, retirar as vias da minuta do contrato, para assinatura.
- 13.4.** O prazo para a devolução de 2 (duas) vias do documento devidamente assinado será de 5 (cinco) dias, contados da data da retirada.
- 13.5.** Não sendo assinada a minuta do contrato nos prazos estabelecidos acima, ficará a licitante sujeita às penalidades previstas neste edital.

14. DAS PENALIDADES

- 14.1.** A prática de ilícitos em quaisquer das fases do procedimento licitatório, implicará na desclassificação da licitante e na aplicação das penalidades estipuladas em lei.
- 14.2.** Até a assinatura da minuta do contrato, a licitante vencedora poderá ser desclassificada, se o SENAR-AR/RR tomar conhecimento de fato, superveniente ou não, desabonador à sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, não apreciada pela Comissão de Licitação.
- 14.3.** A desistência formulada por qualquer das licitantes, após a abertura das propostas, sujeitará a desistente ao pagamento de multa equivalente até 10% (dez por cento) do valor de sua proposta escrita, exceto se a desistência ocorrer por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.
- 14.4.** A recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar à licitante as seguintes penalidades:

14.4.1. Perda do direito à contratação;

14.4.2. Multa de 10% sobre o valor da proposta escrita;

Suspensão do direito de licitar ou contratar com o SENAR, por prazo não superior a dois anos.

14.5. Para aplicação das penalidades aqui previstas, a licitante será notificada para apresentação de sua defesa, no prazo de cinco dias úteis, contados da notificação.

14.6. As penalidades previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15. FORMA DE PAGAMENTO

15.1. Os pagamentos serão efetuados após a perfeita entrega do objeto deste certame mediante apresentação de nota fiscal acompanhada das CNDs atualizadas, devidamente atestada pelo solicitante.

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Roraima

www.faerrsenar.org.br
senar@faerrsenar.org.br

Avenida Major Willians, 1018
São Francisco, Boa Vista - RR
CEP 69301-110
Telefone: (95) 3224-7024

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. O SENAR-AR/RR não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas através de terceiros.

16.2. Ao SENAR-AR/RR fica reservado o direito de adiar ou suspender os procedimentos licitatórios, dando conhecimento aos interessados.

16.3. SENAR-AR/RR poderá, até o momento da assinatura do instrumento contratual, cancelar a licitação ou desistir da contratação do objeto proposto, no seu todo ou em parte, desde que justificado, sem que caiba qualquer direito de indenização às licitantes.

16.4. É facultada à Comissão de Licitação do SENAR-AR/RR ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, caso em que poderão ser suspensos os procedimentos licitatórios até a realização da diligência, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente da proposta e documentação para habilitação.

16.5. A Comissão de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do SENAR-AR/RR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar suas decisões.

16.6. O foro de Boa Vista, Estado de Roraima, é competente para conhecer e julgar as questões decorrentes da presente licitação.

ANDRÉ LUIZ NASCIMENTO CAMELO
PREGOEIRO/PRESIDENTE DA CPL.

17. LISTA DE ANEXOS

18. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

19. ANEXO II - PROPOSTA

20. ANEXO III – TERMO DE DECLARAÇÃO

21. ANEXO IV – ATESTADO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

22. ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

23. ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

24. ANEXO VII – REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SENAR.

18. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em auditoria externa para o SENAR-AR/RR. Serviços estes a serem executados na administração regional de Roraima.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação da empresa especializada em prestar os Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Auditoria Externa das Demonstrações Contábeis, em virtude das mudanças ocorridas nas Legislações Fiscais e Contábeis com seus pronunciamentos através de notas técnicas torna-se necessário as revisões e acompanhamentos para melhor execução de seus serviços em atendimento não só as Legislações como também ao Acórdão TCU 699/2016, que recomenda que as demonstrações contábeis sejam auditadas por auditores independentes seguindo os moldes exigidos pela Norma Brasileira de Contabilidade NBC do respaldo às práticas contábeis realizadas pelo SENAR/AR-RR, bem como avaliação e acompanhamento da adequação nos termos da NBC TAs, inclusive a contratada posicionando-se com embasamento legal, que irão assessorar os Conselhos do SENAR/AR-RR e principalmente o Departamento de Administração e Finanças, assim como a superintendência juntamente às Prestações de Contas, norteando as decisões.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer in loco com profissionais qualificados;

3.2. Análise das prestações de contas trimestrais e anual, em cumprimento ao solicitado pelo Conselho Fiscal Nacional, por meio de resoluções expedidas periodicamente, em conformidade com as Normas vigentes do SENAR e auditando as Demonstrações Contábeis, em conformidade com a NBC TSP 01, 02, 11, 12 e 13 e suas alterações, bem como as obrigações acessórias previstas na legislação aplicada.

3.3. Emissão do relatório de auditoria, sobre as demonstrações contábeis e das notas explicativas, assim como sobre o tratamento contábil a ser atribuído a qualquer evento que venha a ter reflexos diretos sobre as demonstrações contábeis.

3.4. Apresentação dos resultados das análises e exames de auditoria das demonstrações contábeis e dos controles internos, com a emissão do relatório de auditoria na forma curta (Relatório dos auditores independentes) sobre as demonstrações contábeis auditadas, bem como relatório de auditoria, na forma longa, com indicação de procedimentos corretivos dos controles internos, se pertinente, relativo aos trimestres, bem como participar da reunião do Conselho Fiscal, para fim de assessoramento.

4. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Da Análise nas Prestações de Contas trimestrais e anual:

4.1.1. Verificar se todos os processos estão devidamente formalizados e compostos em consonância com a Resolução do Conselho Fiscal Nacional, e outras que vierem a ser editadas;

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Roraima

www.faerrsenar.org.br
senar@faerrsenar.org.br

Avenida Major Willians, 1018
São Francisco, Boa Vista - RR
CEP 69301-110
Telefone: (95) 3224-7024

4.1.2. Analisar e verificar a consistência e a exatidão das peças componentes de cada processo;

4.1.3. Analisar a contabilização das transferências e repasses feitos a terceiros e as devidas prestações de contas, bem como a documentação que dão suporte;

4.1.4. Verificar se para os procedimentos contábeis e elaboração dos demonstrativos, foram observadas as normas legais pertinentes à NBC TSP 01, 02, 11, 12 e 13;

4.1.5. Verificar se os recursos aplicados nas atividades Meio e Fim estão em conformidade com os parâmetros estabelecidos nos normativos internos do SENAR;

4.1.6. Analisar as conciliações de todas as contas bancárias e aplicações financeiras movimentadas no período correspondente;

4.1.7. Verificar o Controle dos bens móveis e imóveis bem como o cálculo das depreciações;

4.1.8. A contratação do objeto abarca a Prestação de Contas do segundo, terceiro, quarto trimestre e anual de 2021 e primeiro trimestre de 2022.

PERÍODO	EXECUÇÃO
2º Trimestre de 2021	2º Quinzena de Agosto/2021
3º Trimestre de 2021	1º Quinzena de Novembro/2021
4º Trimestre e Exercício de 2021	1º Quinzena de Fevereiro/2022
1º Trimestre do Exercício de 2022	A definir

5. Do detalhamento das Prestações de Contas relativas ao encerramento do exercício financeiro:

5.1. Verificar se todos os processos estão devidamente formalizados e compostos em consonância com as Decisões Normativas do Tribunal de Contas da União - TCU;

5.2. Analisar e verificar a consistência e a exatidão das peças componentes de cada processo;

5.3. Verificar se para as informações contábeis foram observadas a legislação aplicável ao SENAR, NBC TSP 01, 02, 11, 12 e 13, os princípios e normas geralmente aceitos;

5.4. Confrontar se o modelo do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis está sendo seguidos, conforme normativo vigente;

5.5. Testes de avaliação dos sistemas de controle de risco operacionais e identificação das deficiências de controle.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (da Licitante):

6.1.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. Atestado, certidão ou declaração expedida por pessoa Jurídica de direito Público ou Privado, qualificando e comprovando a prestação dos serviços em características com o objeto da presente licitação.

6.1.2. O atestado, certidão ou declaração, de que trata o **item 6.1.1**, deverá ser apresentado em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ da pessoa jurídica, contendo a identificação do signatário, cargo, nome e telefones para contato, tipo de serviço prestado, local da prestação dos serviços, características e caracterização do bom desempenho da LICITANTE.

6.1.3. Comprovação de registro em nome da empresa licitante, no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, com jurisdição sobre o Estado em que for sediada;

6.1.4. Comprovação de Cadastro Nacional de Auditores Independentes - Pessoa Jurídica (CNAI-PJ), conforme a Resolução CFC n.º 1.575/2019 do Conselho Federal de Contabilidade;

6.2. CAPACIDADE TÉCNICA (DOS PROFISSIONAIS)

6.2.1. Apresentar currículo do(s) profissional(is) que executará(ão) o objeto da licitação, bem como o comprovante de registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Regulamentado pela Resolução CFC n.º 1.495/2015;

6.2.2. Deverá ser comprovado o vínculo do profissional apresentado mediante apresentação a cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado trimestralmente pela CONTRATANTE em até 15 (quinze) dias após a apresentação da correspondente Nota Fiscal/Fatura de serviços em 02 (duas) vias, juntamente com as Certidões Fiscais (Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista e FGTS) e os relatórios das auditorias, mediante realização de depósito em Conta Corrente em nome da Contratada.

7.2. Se a Nota Fiscal não estiver de acordo com o entregue, serão estabelecidos prazos de 1 a 3 dias úteis para substituição dela por outra contendo todos os itens recebidos.

§ 1º: Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

§ 3º: A **CONTRATADA** apresentará a nota fiscal, em 2 (duas) vias, para liquidação e pagamento em até 15 (quinze) dias após a apresentação da correspondente Nota Fiscal/Fatura, desde que a nota fiscal seja entregue de acordo com o calendário de pagamentos do **CONTRATANTE**. O crédito será efetuado em conta bancária de

titularidade da **CONTRATADA** conforme apresentação de suas notas fiscais devidamente atestadas e aceitas.

§ 4º: Para liquidação dos valores será ainda observado o que segue:

- a) O **CONTRATANTE** reserva-se o direito de recusar o pagamento se o objeto contratado não estiver sendo prestado de acordo com o proposto, aceito e contratado;
- b) Pelo descumprimento de qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento, em especial a não apresentação das certidões e demais documentos exigidos no contrato, pela apresentação de certidões vencidas ou que perderam a vigência e pela apresentação de documentação em desacordo com o que foi estabelecido, o pagamento somente será efetuado após decisão administrativa;
- c) O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar, as indenizações devidas pela **CONTRATADA**, em razão da inadimplência, nos termos do presente contrato;

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Os contratos regidos pelo RLC – Regulamentação de Licitações e Contratos - SENAR/AR/RR poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação na contratação ou nas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no RLC do SENAR;

II - Por acordo das partes:

- a) quando necessária à modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução dos serviços;

8.2. Este Contrato poderá ser alterado, por meio de Termo Aditivo, se necessário ao perfeito desempenho do objeto deste instrumento que, para ter eficácia, deverá ser assinado por ambas às partes.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da execução do objeto deste termo serão custeadas com recursos do Programa Nivelamento, contemplados no orçamento de 2021 do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR-AR/RR.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. A empresa vencedora dará início à prestação dos serviços, objeto da presente contratação, após a assinatura do Contrato.

10.2. O prazo de vigência do presente Contrato abarca as Prestações de Contas do segundo, terceiro, quarto trimestre e anual de 2021 e primeiro trimestre de 2022 com início no ato da assinatura do contrato, podendo ser renovado por períodos subsequentes até o limite de 60 (sessenta) meses, já incluso o período inicial, mediante termos aditivos.

11. DO REAJUSTE

11.1. O preço proposto e aceito não será reajustado no primeiro ano.

11.2. No segundo ano poderá ser reajustado desde que comprovado pela contratada, através de planilha detalhada, a incidência de ajustes ocorridos no período, a qual será analisada previamente pela contratante, respeitando os limites permitidos por lei conforme abaixo:

11.2.1. Os contratos poderão ser aditados nas hipóteses de complementação ou acréscimo que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial;

11.3. As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação, constarão de termos aditivos;

11.4. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado 12 (doze) meses, limitado sua duração a 60 (sessenta) meses nos termos do Art. 26, parágrafo único do Regulamento de Licitações e Contratos do SENAR.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

I – Obriga-se o CONTRATANTE:

1. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;
3. Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, objeto da contratação, de forma a garantir que aqueles continuem a serem os mais vantajosos para o SENAR-AR/RR;
4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada
5. Avaliar a qualidade de execução dos serviços, podendo rejeitá-las no todo ou em parte;
6. Disponibilizar instalações necessárias à prestação dos serviços.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

II – Obriga-se a CONTRATADA:

1. Prestar os serviços descritos neste termo referência;
2. Submeter previamente ao contratante, eventuais substituições da equipe técnica da Contratada, devendo a substituição ocorrer por profissional que apresente a qualificação técnica equivalente ou superior à do membro substituído com base nas exigências deste termo referência;
3. Prestar serviços com profissionais devidamente capacitados;
4. Comunicar alteração na equipe de auditores, fornecendo documentação do novo profissional para análise e aprovação por parte das CONTRATANTES;
5. Apresentar os Relatórios de Auditoria;
6. Prestar esclarecimentos que se fizerem necessários, quando convocados;
7. Assumir a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do SENAR-AR/RR, ou em

- qualquer outro local onde estejam prestando os serviços objeto desta Licitação, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;
8. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços que prestar;
 9. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;
 10. Entregar as faturas no endereço da Sede da Administração Regional do SENAR-AR/RR;
 11. Cumprir rigorosamente as normas, termos, prazos e cronogramas e o constante neste termo referência;
 12. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente de trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços, objeto do contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE;
 13. Assegurar ao contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas;
 14. Refazer qualquer serviço recusado pela fiscalização, responsabilizando-se pelas despesas necessárias;
 15. Devolver todo material disponibilizado pelo contratante ao final do trabalho realizado;
 16. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 17. Dar prévio conhecimento das possíveis interrupções de serviço, mediante comunicação por correspondência, com devido aceite pelo SENAR-AR/RR;
 18. Manter sigilo de todos os dados e informações que tiver acesso por ocasião da prestação dos serviços contratados;
 19. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
 20. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução do objeto do presente contrato, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, desde que de responsabilidade da CONTRATADA;
 21. Manter todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA exigida no Edital de Licitação que originou este Contrato;

Parágrafo primeiro: O SENAR-AR/RR não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da execução de parte ou de todo o objeto deste contrato.

Parágrafo segundo: O SENAR-AR/RR não será responsável: por qualquer outra despesa que venha a ser efetuada, que porventura não tenha sido prevista na assinatura do contrato.

14 - DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO: As partes concordam que executarão as obrigações contidas neste contrato de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao SENAR-AR/RR previstos no art. 2º do seu Regulamento de Licitações e Contratos.

§ 1 – A **CONTRATADA** assume que é expressamente contrária à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do SENAR-AR/RR.

§ 2 – Nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

§ 3 – As partes se comprometem a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações deste contrato.

15 – PENALIDADES

15.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações sujeitará a CONTRATADA, garantidos o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades: advertência, multa, rescisão contratual e suspensão do direito de licitar ou contratar com o SENAR-AR/RR por período não superior a 02 (dois) anos, nas formas adiante especificadas.

15.2. Advertência: nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízo para o SENAR/AR/RR;

15.3. Multa de: 2% (dois por cento) sobre o valor anual do contrato, pela inexecução total do objeto Contratado.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Naquilo em que for omissivo, o presente instrumento contratual pelas partes, reger-se-á pelas condições estabelecidas na Proposta Comercial, Termo de Referência, Processo Administrativo, consulta a Assessoria Jurídica e demais atos.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Roraima, para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou consultar assessoria jurídica.

18- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

Fiscal do contrato: Edward Garcia Rodriguez

Gestor do contrato: Nayá Cunha da Fonseca

19 - DATA E ASSINATURA

Boa Vista – RR, 04 de fevereiro de 2021.

Nayá Cunha da Fonseca
Gerente Adm./Financeira

19. ANEXO II - PROPOSTA
AO PRESIDENTE DA CPL DO SENAR-AR/RR
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL.

A Empresa _____ com sede na cidade de _____, na (rua, avenida etc.) _____, n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, Conta Corrente: _____ Ag.: _____ Banco: _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, interessada na prestação do objeto do presente ato, **PROPÕE ao SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/RR a prestação do objeto deste, nas seguintes condições: PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2021.**

I - OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em auditoria externa para o SENAR-AR/RR. Serviços estes a serem executados na administração regional de Roraima.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	Und.	(A) Quant. Trim.	(B) V. Por Trim.	V. TOTAL (AxB)
01	Auditoria independente para análise das demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais do SENAR-AR/RR, referente ao 2º Trimestre de 2021.	Serv	01		
02	Auditoria independente para análise das demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais do SENAR-AR/RR, referente ao 3º Trimestre de 2021.	Serv	01		
03	Auditoria independente para análise das demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais do SENAR-AR/RR, referente ao 4º Trimestre e exercício de 2021.	Serv	01		
04	Auditoria independente para análise das demonstrações contábeis, financeiras e patrimoniais do SENAR-AR/RR, referente ao 1º Trimestre de 2022.	Serv	01		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: (Por extenso)					

II - PROPOSTA: A proposta terá que ser apresentada com o valor unitário/trimestre e valor total.

III – VALIDADE DA PROPOSTA: _____ dias (mínimo de 60 dias).

IV - DATA

V - ASSINATURA:

20. ANEXO III – TERMO DE DECLARAÇÃO

AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/RR.

PREGÃO PRESENCIAL n.º 004/2021. Registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em auditoria externa para o SENAR-AR/RR. Serviços estes a serem executados na administração regional de Roraima.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, Inscrição Estadual n.º _____, com endereço na rua _____, n.º _____, nesta cidade de _____/_____, propõe a essa entidade a participação no certame licitatório, modalidade pregão, acima referenciado:

DECLARAMOS QUE:

- I) Examinamos cuidadosamente o edital, inteiramo-nos de todos os seus detalhes e com eles concordamos, aceitamos todos os seus termos e condições e a eles desde já nos submetemos;
- II) Todas as dúvidas ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos, bem como recebemos todos os elementos e informações para cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- III) Nos valores constantes da proposta estão incluídas todas as despesas com transporte, frete, entrega, encargos sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários, despesas com reposição de funcionários em razão de qualquer tipo de licença (maternidade, doença ou outra) e quaisquer outras despesas ou encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, sem qualquer custo adicional, bem como quaisquer parcelas de outra natureza, diretas ou indiretas, pertinentes à formação do preço dos serviços, não nos cabendo o direito de pleitear qualquer majoração do preço, sob a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro, em face das variações quantitativas/qualitativas ocorridas na execução dos serviços, bem como de eventual perda de decisão judicial pela qual esta empresa tenha-se isentado de pagamento de qualquer tributo ou encargo trabalhista;
- IV) Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos são de responsabilidade da licitante que deverá responder por eles e defender o SENAR-AR/RR em juízo ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto;
- V) Que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
- VI) A signatária não se encontra suspensa de licitar ou contratar com o SENAR.

Boa Vista, de de 2021.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

21. ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR-AR/RR.

Empresa _____ com sede na cidade de _____, na _____ (rua, avenida etc) _____, n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n.º _____, portador da carteira de identidade n.º _____, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

(LOCAL), de de 2021.

Nome e Assinatura do Representante Legal

22. ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Pregão Presencial nº 004/2021

Declaro, sob as penas da lei e para fins de contratação com o SENAR-AR/RR, que a empresa/pessoa física _____, inscrita no CNPJ/CPF nº _____, **NÃO CONSTA** nos seguintes cadastros:

- a) **CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS** geridos pela CGU (Controladoria Geral da União), divulgado e consultado no Portal da Transparência;
- b) **CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP)**, divulgado e consultado no Portal da Transparência;
- c) **LISTA DE INIDÔNEOS**, divulgada e consultada no site do TCU (Tribunal de Contas da União);
- d) **CADASTRO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS IMPEDIDAS (CEPIM)** divulgado e consultado no Portal da Transparência;
- e) **CADASTRO DE EMPREGADORES QUE TENHAM SUBMETIDO TRABALHADORES A CONDIÇÕES ANÁLOGAS AS DE ESCRAVO**, divulgado e consultado no site da Secretaria de Trabalho - Ministério da Economia. **Declaro ainda, que não estou suspenso (a) de participar de licitação com o Sistema SEBRAE, com a Administração Pública e com a União.**

A declaração falsa é crime, e será remetida ao Ministério Público e a Polícia Civil, além das penas administrativas e civis existentes no Regulamento de Licitações e de Contratos do SENAR-AR/RR, no Edital e na Legislação em vigor.

(LOCAL), de de 2021.

Assinatura do representante legal (declarante) e CPF

23. ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Pregão Presencial nº 004/2021

Declaro, sob as penas da lei e para fins de contratação com o SENAR-AR/RR, que nos quadros da empresa _____, CNPJ nº _____,

INEXISTE vínculo de parentesco por consanguinidade ou por afinidade entre sócios, gerentes ou diretores até o 3º grau, com Dirigentes, Gerentes, Assessores, Chefes de Gabinete, e Conselheiros do SENAR-AR/RR.

Em caso positivo, citar os nomes dos parentes e qual a relação de parentesco:

1) Nome: _____ Relação de parentesco: _____

2) Nome: _____ Relação de parentesco: _____

3) Nome: _____ Relação de parentesco: _____

(LOCAL), de de 2021.

Nome e assinatura do representante legal do fornecedor

Parentes até terceiro grau:

- **Em linha reta:** pais, avós, bisavós, filhos (as), netos (as) e bisnetos (as);
- **Em linha colateral:** irmão (ã), tio (a) e sobrinho (a);
- **Por afinidade:** genro, nora, sogro (a), enteado (a), madrasta, padrasto, cunhado(a).

24. ANEXO VII – REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SENAR

REGULAMENTO DISPONIVEL EM:

[RLC-SENAR.pdf \(cnabrazil.org.br\)](http://cnabrazil.org.br/RLC-SENAR.pdf)